

Estudo Técnico Preliminar

Data	Descrição	Autor
22/04/2025	Elaboração do ETP	Equipe de Planejamento

1. Unidade Requisitante

Órgão:	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMARH		
Titular:	Ana Maria Holanda Diógenes Soares		
Cargo:	Secretária Municipal	E-mail:	admportalegre@gmail.com
Matrícula:	581-1	Telefone:	(84) 3377-2196

2. Descrição da Necessidade

O objeto do presente estudo técnico preliminar é a avaliação da melhor solução de mercado para solucionar a necessidade da contratação de leiloeiros oficiais para a realização de leilões em atendimento das necessidades do Município de Portalegre/RN.

3. Equipe de Planejamento

Integrante Requisitante			
Nome:	Ana Maria Holanda Diógenes Soares		
Cargo:	Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos		
Setor:	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos		
Matrícula:	581-1	E-mail:	admportalegre@gmail.com

Integrante Administrativo			
Nome:	José Alan da Silva Fernandes		
Cargo:	Diretor de Planejamento		
Setor:	Secretaria de Administração e Recursos Humanos		
Matrícula:	587-1	E-mail:	fernandesalanj@gmail.com

Integrante Técnico			
Nome:	Tony Márcio de Fernandes Magalhães		
Cargo:	Gerente de Transportes		
Setor:	Setor de Transportes		
Matrícula:	250-1	E-mail:	

4. Justificativa da necessidade da contratação

Considerando a necessidade constante de otimização da gestão patrimonial e da eficiência no atendimento ao interesse público, o Município de Portalegre/RN vem, por meio do presente, justificar a necessidade de contratação, via credenciamento, de leiloeiros oficiais para a realização de leilões de bens móveis inservíveis, notadamente veículos pertencentes à frota municipal.

A administração pública, enquanto guardiã do patrimônio coletivo, tem o dever de assegurar que os bens públicos sejam utilizados em sua máxima eficiência e, uma vez constatado o esgotamento de sua vida útil ou sua inadequação às necessidades da coletividade, deve adotar providências céleres para sua alienação, nos moldes previstos pela legislação vigente, e também em consonância com as boas práticas administrativas de gestão patrimonial.

A frota atual do Município de Portalegre/RN, composta por veículos que atendem tanto a sede quanto a extensa zona rural, já apresenta significativa defasagem, com parte dos veículos registrando elevado custo de manutenção, constantes

paradas para reparos e, em muitos casos, comprometimento direto da qualidade dos serviços públicos prestados, sobretudo nas áreas de saúde, assistência social, educação e transporte institucional. Esse quadro impacta negativamente o interesse público, pois reduz a eficiência administrativa, aumenta as despesas com manutenção corretiva e pode até mesmo colocar em risco a segurança dos usuários e servidores municipais.

Neste contexto, torna-se imperativo proceder à alienação desses bens que, tecnicamente, encontram-se antieconômicos, irre recuperáveis ou de baixa efetividade operacional, permitindo não apenas a renovação da frota, mas também o incremento de receitas públicas mediante a arrecadação obtida nos leilões.

Vale ressaltar que a alienação de bens móveis considerados inservíveis, quando conduzida de maneira eficiente, contribui para a racionalização da estrutura administrativa, além de evitar o sucateamento do patrimônio público, atendendo aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e interesse público, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, a contratação de leiloeiros oficiais devidamente registrados em juntas comerciais é a medida mais adequada para assegurar que os processos de venda sejam realizados de forma transparente, ágil, com ampla divulgação e com a máxima competitividade entre os licitantes. O credenciamento de profissionais qualificados permitirá ao Município selecionar aqueles que comprovem idoneidade, experiência e capacidade técnica para conduzir os leilões com segurança jurídica e eficiência operacional, garantindo, assim, a maximização dos recursos públicos arrecadados.

A escolha pelo procedimento de credenciamento, modalidade que respeita os princípios da isonomia e da ampla concorrência, é especialmente justificada pela natureza peculiar do serviço de leiloeiro, que não demanda exclusividade e cuja prestação pode ser simultânea por vários profissionais habilitados. Tal método possibilita ao Município a formação de um cadastro de leiloeiros aptos, ampliando as possibilidades de sucesso na alienação dos bens e reduzindo o risco de dependência de apenas um agente, o que assegura maior dinamismo às alienações e evita a formação de cartéis.

Importante destacar que a seleção de leiloeiros experientes, com reconhecida atuação no mercado, é fundamental para conferir credibilidade aos leilões, atrair maior número de participantes e, conseqüentemente, obter melhores resultados financeiros para os cofres públicos. A realização dos leilões por profissionais habilitados também mitiga riscos jurídicos, garantindo a observância dos requisitos legais, a adequada descrição dos bens, a publicidade necessária e a formalização correta dos procedimentos, fatores essenciais para resguardar o Município de eventuais litígios e questionamentos futuros.

A municipalidade frequentemente se encontra na necessidade de realizar leilões para uma série de finalidades essenciais. Destaca-se, primeiramente, a necessidade de renovação de frota e equipamentos, uma demanda constante à medida que veículos e maquinários envelhecem ou se tornam obsoletos, requerendo substituição. Além disso, a desmobilização de bens inservíveis é uma prática vital para liberar espaço e recursos, abrangendo desde móveis de escritório até propriedades imobiliárias. A realização de leilões não só permite aos municípios recuperar parte do valor desses ativos, mas também os ajuda a gerar receita adicional que pode ser reinvestida em áreas prioritárias, como infraestrutura e serviços públicos. Por fim, os leilões auxiliam na redução dos custos associados ao armazenamento e manutenção de bens não utilizados, garantindo uma gestão mais eficiente dos recursos municipais. Em suma, os leilões são uma ferramenta essencial para os municípios otimizarem seus recursos, atenderem a requisitos legais e manterem suas operações alinhadas com as necessidades em constante evolução.

É fato que a Lei 14.133/2021, em seu art. 31, estabelece que o Leilão pode ser realizado por leiloeiro oficial, ou ainda por servidor designado para tal. No entanto, optar pela contratação de um leiloeiro oficial em detrimento da condução do leilão por um servidor possui diversas vantagens. Em primeiro lugar, o leiloeiro oficial é uma pessoa devidamente credenciada e especializada na condução de leilões, possuindo conhecimento técnico específico e experiência comprovada nesse tipo de atividade. Sua expertise contribui para garantir a transparência, legalidade e eficiência do processo de leilão, minimizando o risco de erros ou contestações legais. Além disso, o leiloeiro oficial geralmente possui uma ampla rede de contatos e canais de divulgação, o que possibilita uma maior visibilidade do leilão e a participação de um maior número de interessados, potencializando os resultados financeiros para o município. Ademais, ao contratar um leiloeiro oficial, a responsabilidade pela organização, condução e registro do leilão é transferida para um profissional especializado, liberando os servidores municipais para se concentrarem em outras atividades administrativas prioritárias. Dessa forma, a contratação de um leiloeiro oficial proporciona maior segurança jurídica, eficiência operacional e maximização dos

resultados financeiros para o município, justificando sua escolha em relação à condução do leilão por um servidor designado.

Dessa maneira, a contratação de leiloeiros oficiais via credenciamento se impõe como medida necessária e vantajosa para o Município de Portalegre/RN, tanto sob o ponto de vista da boa administração pública quanto do efetivo atendimento ao interesse público. Trata-se de ação que visa à valorização do patrimônio público, ao fortalecimento da arrecadação municipal e à renovação da frota de veículos que diariamente servem à população, refletindo o compromisso desta gestão com a eficiência, a responsabilidade fiscal e a melhoria contínua dos serviços públicos oferecidos.

Assim, diante do exposto, resta plenamente justificada a necessidade de realização do credenciamento de leiloeiros oficiais, reiterando o compromisso do Município de Portalegre/RN com a lisura, a eficiência e a excelência administrativa.

5. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

A Prefeitura do Município de Portalegre/RN ainda não elaborou o Plano de Contratações Anual, haja vista a sua não obrigatoriedade, conforme disposto no inc. VII, do art. 12, da Lei 14.133/2021.

O instrumento de planejamento que vincula a gestão é a Lei Orçamentária. No caso, a demanda se encontra alinhada com a LOA.

6. Levantamento de mercado

Durante a criação deste Estudo Técnico Preliminar, foram realizadas consultas para análise das alternativas possíveis, visando levantar a capacidade de o mercado atender as demandas apresentadas por esta Administração.

Após esse estudo, observou-se que há 5 (cinco) modelagens predominantes, que tecnicamente são possíveis para se atender à necessidade da Administração, conforme detalhado na planilha abaixo:

Alternativa	Vantagens	Desvantagens
Leilão com Leiloeiro Oficial Credenciado	<ul style="list-style-type: none">- Profissionalismo e especialização.- Maior alcance de público.- Agilidade no processo.- Regularidade jurídica e segurança.- Maximização da arrecadação.	<ul style="list-style-type: none">- Comissão a ser paga pelo arrematante.- Exige seleção criteriosa dos leiloeiros.
Venda Direta por Concorrência Pública	<ul style="list-style-type: none">- Elevado grau de formalidade e controle.- Garantia de ampla publicidade.	<ul style="list-style-type: none">- Procedimento extremamente burocrático.- Processo lento e desestimulante para compradores.- Elevado custo administrativo.
Doação a Entidades Públicas ou Sociais	<ul style="list-style-type: none">- Atendimento a finalidades sociais.- Evita o sucateamento dos bens.	<ul style="list-style-type: none">- Não gera receita para o Município.- Seleção de beneficiários pode ser sensível juridicamente.
Permuta com Fornecedores	<ul style="list-style-type: none">- Possibilidade de renovação imediata da frota.- Agilidade na substituição dos bens.	<ul style="list-style-type: none">- Dificuldade de encontrar fornecedores dispostos.- Complexidade na avaliação e risco de contestação.
Leilão Eletrônico via Plataforma Pública	<ul style="list-style-type: none">- Economia de custos com terceiros.- Controle direto pela Prefeitura.	<ul style="list-style-type: none">- Exige estrutura tecnológica e servidores capacitados.- Risco de baixa adesão sem apoio de leiloeiros profissionais.

ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO

Considerando o objetivo de promover a alienação eficiente de veículos pertencentes à frota do Município de Portalegre/RN, após análise comparativa das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a contratação de leiloeiros oficiais credenciados se apresenta como a solução mais adequada sob a ótica do interesse público, da economicidade e da segurança jurídica.

A realização de leilões conduzidos por profissionais habilitados, regularmente inscritos na Junta Comercial, proporciona inúmeras vantagens que impactam diretamente no sucesso da alienação. Dentre essas vantagens, destaca-se a expertise técnica dos leiloeiros, que detêm o conhecimento específico necessário para organizar, divulgar e realizar certames com ampla publicidade, atraindo um maior número de potenciais arrematantes, inclusive por meio de plataformas digitais, o que favorece a obtenção de melhores ofertas pelos bens leiloados.

Além disso, a contratação de leiloeiros credenciados confere maior agilidade ao processo, elemento essencial para que o Município possa, com celeridade, retirar de sua frota veículos que já não atendem satisfatoriamente às necessidades da população e, com isso, aplicar os recursos arrecadados em melhorias diretas à coletividade. A especialização desses profissionais também reduz significativamente os riscos de nulidade ou impugnação dos procedimentos, pois assegura o cumprimento rigoroso das exigências legais previstas no Decreto nº 21.981/32, que regulamenta a atividade de leiloeiros públicos oficiais no Brasil.

Alternativas como a realização de concorrência pública, embora juridicamente possíveis, mostraram-se excessivamente morosas e custosas, criando entraves desnecessários para uma necessidade que exige solução rápida e eficiente. Outras opções, como a doação ou permuta dos veículos, tampouco atenderiam plenamente ao interesse público, pois ou não gerariam receita para o Município ou envolveriam complexidades administrativas e jurídicas que comprometeriam a efetividade da medida.

Por sua vez, a tentativa de operacionalizar leilões por conta própria, sem a mediação de leiloeiros oficiais, exigiria investimentos elevados em infraestrutura tecnológica e capacitação de pessoal, além de não garantir a mesma amplitude de divulgação e atração de interessados que um profissional especializado naturalmente oferece.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a escolha pela contratação de leiloeiros oficiais credenciados, mediante procedimento de credenciamento, representa a opção que melhor concilia os princípios constitucionais da Administração Pública, notadamente a eficiência, a economicidade, a legalidade e a supremacia do interesse público. Trata-se, portanto, da medida mais segura, transparente e vantajosa para o Município de Portalegre/RN, permitindo que a alienação dos veículos ocorra de forma ordenada, com retorno financeiro expressivo e dentro dos parâmetros legais exigidos.

Assim, justifica-se plenamente a escolha do leilão com leiloeiro oficial credenciado como a solução mais adequada para atender às necessidades administrativas e coletivas envolvidas na renovação da frota municipal.

7. Resultados pretendidos com a contratação

Com a realização da leilão de veículos pertencentes à frota do Município de Portalegre/RN por meio de leilão conduzido por leiloeiros oficiais credenciados, espera-se alcançar resultados concretos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A medida visa gerar receita direta aos cofres públicos, oriunda da venda de bens que, atualmente, não mais atendem de maneira satisfatória às demandas da Administração, permitindo que tais recursos sejam reinvestidos em áreas prioritárias para a melhoria dos serviços prestados à população.

A opção pelo credenciamento de leiloeiros profissionais, ao invés de mobilizar servidores municipais para a condução direta dos processos de alienação, também proporciona um uso mais racional dos recursos humanos, permitindo que os servidores permaneçam concentrados em suas atividades finalísticas, evitando o desvio de funções e o acúmulo de atribuições administrativas que poderiam comprometer a eficiência interna. Além disso, ao se utilizar a estrutura e a rede de divulgação dos leiloeiros, otimiza-se o aproveitamento dos recursos materiais do Município, uma vez que não será

necessária a criação ou adaptação de sistemas próprios de leilão eletrônico, nem o dispêndio de materiais e equipamentos para a organização de eventos presenciais.

Do ponto de vista financeiro, a expectativa é de que a alienação via leilão proporcione uma valorização dos bens acima dos valores mínimos de avaliação, uma vez que a concorrência livre e aberta, especialmente em plataformas digitais, tende a elevar os lances e maximizar a arrecadação municipal. Esta estratégia, portanto, traduz-se em benefício direto para o erário, ao mesmo tempo em que assegura a destinação regular de bens inservíveis, reduzindo despesas com manutenção, guarda e conservação de veículos obsoletos ou deteriorados.

Em síntese, os resultados pretendidos com a contratação de leiloeiros credenciados para a realização de leilões públicos são a otimização dos recursos públicos, a maximização da receita obtida com a venda dos bens, a racionalização do trabalho dos servidores municipais e a redução de custos operacionais e logísticos, promovendo, assim, uma gestão administrativa mais eficiente, moderna e voltada para o interesse coletivo.

8. Requisitos da contratação

Para assegurar a eficiência, a transparência e a segurança jurídica na contratação de leiloeiros oficiais para a realização dos leilões de veículos pertencentes ao Município de Portalegre/RN, serão exigidos requisitos mínimos que garantam a capacidade técnica e a regularidade dos profissionais credenciados. Primeiramente, será obrigatório que o leiloeiro interessado esteja devidamente matriculado e regular junto à Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN), conforme disposto no Decreto nº 21.981/32, que regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial. Além disso, o profissional deverá comprovar experiência prévia na realização de leilões públicos ou privados, preferencialmente envolvendo bens móveis pertencentes a entes públicos, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por instituições públicas ou privadas.

Outro requisito fundamental será a apresentação de certidões negativas de débitos federais, estaduais, municipais e trabalhistas, bem como a comprovação de regularidade junto ao FGTS e à Seguridade Social, em consonância com as exigências da Lei nº 14.133/2021. O leiloeiro também deverá comprovar estrutura adequada para a realização de leilões presenciais e eletrônicos, incluindo plataforma digital segura e devidamente homologada para a condução de certames online, garantindo ampla publicidade e acesso aos interessados, com suporte técnico e atendimento aos participantes.

Será ainda exigido que o profissional apresente proposta de comissão a ser cobrada exclusivamente dos arrematantes, de acordo com as práticas usuais de mercado, não onerando o Município em nenhuma etapa do processo. O edital de credenciamento também poderá exigir a assinatura de termo de responsabilidade pelo fiel cumprimento das normas legais aplicáveis, bem como pela correta destinação dos valores arrecadados, assegurando a prestação de contas ao Município no prazo estabelecido.

Por fim, será obrigatória a declaração de inexistência de impedimentos legais para a contratação com a Administração Pública e a anuência expressa do leiloeiro quanto às condições fixadas no instrumento convocatório, reafirmando o compromisso com os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem os atos da Administração. A observância a esses requisitos é indispensável para garantir que o Município de Portalegre/RN alcance seus objetivos de forma segura, eficiente e em estrita conformidade com o interesse público.

9. Estimativa das quantidades a serem contratadas

O Município de Portalegre/RN prevê, inicialmente, a necessidade de realizar o leilão de aproximadamente 07 (sete) veículos pertencentes à sua frota, atualmente classificados como inservíveis para o atendimento das necessidades públicas. Esses bens não foram avaliados de maneira preliminar, que poderá variar conforme reavaliações ou inclusão de novos bens ao longo do período de vigência do credenciamento.

Em relação à quantidade de eventos de leilão, estima-se a realização de 1 (um) a 2 (dois) leilões públicos durante o prazo de vigência do credenciamento, podendo haver a realização de leilões adicionais, conforme a necessidade da Administração Municipal.

Cabe ressaltar que a contratação dos leiloeiros será efetuada sem ônus para o Município, sendo a remuneração do leiloeiro proveniente do pagamento de comissão diretamente pelos arrematantes, nos termos do edital de credenciamento e da legislação pertinente. Assim, não há previsão de despesa direta do Município com a execução dos leilões, sendo o credenciamento necessário exclusivamente para assegurar a pronta disponibilidade de profissionais habilitados e experientes para a condução dos certames, sempre que necessário.

Dessa forma, a estimativa ora apresentada visa possibilitar o adequado planejamento e a gestão eficiente do leilão de bens públicos, contribuindo para a otimização dos recursos municipais e o atendimento do interesse público.

Os veículos a serem leiloados serão:

VEÍCULO	PLACA	SECRETARIA
CARRO FIAT – MODELO: PALIO FIRE 2014/2015	OWF-3120	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS
CARRO SPRINT	MXC-1719	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS
ÔNIBUS IVECO – MODELO: CITY CLASS 70C16 2010	NNW-6292	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS
ÔNIBUS IVECO – MODELO: CITY CLASS 70C17 2012/2013	OJZ-2140	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS
CARRO VOLKSWAGEN – MODELO: GOL TL MCV 2017	QGW-0273	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
CARRO CHEVROLET – MODELO: SPIN 1.8L MT LTZ 2017/2018	FCY-2279	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
CARRO CHEVROLET – MODELO: ONIX 1.0 MT JOY 2018	QGN-6229	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
CARRO FIAT – MODELO: PALIO FIRE	OWF-6100	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
CARRO FIAT – MODELO: UNO WAY	OWB-5640	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
SPRINTER MODIFICADA 146 CV - MERCEDES-BENZ - 2013	OWE 4660	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
CARRO FORD – MODELO: RANGER XLT 3P 5P 163CV 2008	MZH-4523	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CAMINHÃO INTERNACIONAL	OKC-7161	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
IMPLEMENTO PARA CAMINHÃO – BASCULANTE COM 12M COM COMPLETO COM CHASSIS, BOMBA HIDRÁULICA E CILINDRO.		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
IMPLEMENTOS AGRÍCOLA – MADAL		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
IMPLEMENTOS AGRÍCOLA – BULLDOZER CONCHA E O H		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10. Descrição da Solução como um todo

A solução a ser adotada pelo Município de Portalegre/RN para atender à necessidade de alienação de bens móveis inservíveis, em especial veículos pertencentes à frota municipal, consiste na contratação, por meio de credenciamento, de leiloeiros oficiais devidamente habilitados. O objetivo é realizar leilões públicos eficientes, transparentes e acessíveis, capazes de garantir a máxima arrecadação possível em benefício do interesse público, bem como dar adequada destinação a bens que, atualmente, não cumprem mais sua função administrativa.

O procedimento de credenciamento assegurará a participação de profissionais que atendam aos requisitos legais para o exercício da atividade, exigindo-se que estejam regularmente registrados na Junta Comercial do Estado, conforme

preceituam o Decreto nº 21.981/1932 e demais normas pertinentes. Além disso, os leiloeiros deverão demonstrar capacidade técnica comprovada para a realização de leilões presenciais e eletrônicos, utilizando plataformas digitais seguras, homologadas e em pleno funcionamento, garantindo ampla divulgação dos certames e a participação de um maior número de interessados, condição indispensável para a maximização dos resultados financeiros.

A solução proposta também contempla a necessidade de manutenção e assistência técnica dos sistemas de leilão eletrônico utilizados pelos leiloeiros credenciados, conforme as exigências da legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que estabelece a responsabilidade do contratado quanto à funcionalidade e à continuidade dos serviços prestados. Assim, caberá aos leiloeiros assegurar o perfeito funcionamento das plataformas durante todo o processo de divulgação, habilitação, realização dos lances e adjudicação dos bens, bem como prestar suporte técnico aos usuários em caso de dúvidas ou problemas de acesso, evitando qualquer prejuízo à competitividade ou à transparência do certame.

Além disso, os leiloeiros deverão zelar pela adequada guarda dos bens que lhes forem confiados até a entrega aos arrematantes, garantindo condições mínimas de conservação e segurança, sem qualquer custo adicional ao Município. Toda assistência necessária relacionada aos bens alienados, durante o período entre o leilão e a retirada pelo arrematante, será de responsabilidade do leiloeiro, que deverá observar as normas de segurança, responsabilidade civil e cumprimento dos prazos estabelecidos no edital.

A presente solução busca, portanto, promover a alienação dos bens públicos de forma eficiente, segura, transparente e sem gerar encargos indevidos para a Administração Pública, garantindo, ainda, a observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A adoção do credenciamento de leiloeiros oficiais, com exigência de manutenção e suporte técnico adequados, representa uma estratégia alinhada à boa governança pública e ao interesse coletivo, maximizando os recursos públicos disponíveis e contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão patrimonial municipal.

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

12. Estimativa do valor da contratação

Não haverá custos ao Município, cuja remuneração do leiloeiro será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento), nos termos do art. 24, do Decreto nº 21.981/1932 e conforme § 1º do art. 6º do Decreto nº 11.461, DE 31 DE MARÇO DE 2023, calculada sobre o valor de venda de cada bem, ou lote, negociado em leilão, paga diretamente pelo arrematante, conforme:

Art. 6º Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento.

§ 1º O credenciamento de que trata o caput observará, como parâmetro máximo da taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes a todos os credenciados, o **montante de cinco por cento do valor do bem arrematado**. (Negritei).

13. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação como forma de ampliar a competitividade e assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos. Contudo, após análise das características do objeto em questão, conclui-se que não é cabível o parcelamento da presente contratação, uma vez que a natureza do serviço a ser contratado — a realização de leilões públicos por leiloeiros oficiais credenciados — possui características de indivisibilidade operacional e técnica.

O serviço prestado pelo leiloeiro compreende uma série de etapas interligadas, como a avaliação prévia dos bens, a guarda, a organização do edital de leilão, a ampla divulgação, a condução do certame (presencial e/ou eletrônico), a coleta de lances, a adjudicação dos bens, a emissão das documentações e a entrega ao arrematante. Essas fases são conduzidas por um único agente responsável, que deve atuar com autonomia e fluidez em todas as etapas, de modo que o fracionamento dessa atividade comprometeria a eficiência, a rastreabilidade e a responsabilidade do processo.

Ademais, o objeto será atendido via credenciamento, modalidade que, por sua própria estrutura, permite que diversos leiloeiros interessados e habilitados sejam cadastrados, prestando o serviço de forma alternada ou rotativa, conforme demanda do Município. Essa pluralidade de prestadores já garante a ampla concorrência e a diversidade de participação, atendendo ao princípio da competitividade de forma plena, sem a necessidade de parcelar o objeto contratual.

Portanto, considerando as especificidades da atividade de leilão, a unicidade das responsabilidades técnicas e legais atribuídas ao leiloeiro e os riscos administrativos de fragmentação do serviço, opta-se justificadamente pela não adoção do parcelamento da contratação, em estrita observância ao que dispõe o art. 47, §1º da Lei nº 14.133/2021.

14. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

15. Descrição dos possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras

A contratação de leiloeiros oficiais credenciados para a realização de leilões públicos de bens móveis inservíveis do Município de Portalegre/RN pode gerar impactos de natureza socioambiental e ambiental que merecem ser devidamente avaliados e mitigados, em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Do ponto de vista socioambiental, destaca-se que o leilão de veículos e bens considerados inservíveis contribui significativamente para a liberação de espaços públicos atualmente ocupados por sucatas, eliminando focos de insalubridade e reduzindo os riscos à saúde pública causados por acúmulo de água parada, insetos e animais peçonhentos. Além disso, há benefícios sociais ligados à geração de oportunidades econômicas para pequenos empreendedores e desmanches legalizados que possam reutilizar peças ou promover a reciclagem de materiais, bem como à arrecadação de recursos financeiros que podem ser reinvestidos em áreas prioritárias da gestão municipal, se este for o caso.

No entanto, há possíveis impactos ambientais negativos, especialmente relacionados ao descarte inadequado de resíduos sólidos perigosos provenientes dos bens leiloados, como fluidos lubrificantes, óleos, filtros, baterias, pneus e peças metálicas contaminadas. Esses materiais, quando descartados incorretamente, podem causar sérios danos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e de lençóis freáticos. Ademais, existe o risco de que veículos arrematados retornem à circulação sem que haja a devida revisão técnica, o que contribui para a emissão de poluentes atmosféricos e o comprometimento da segurança viária. Também é necessário considerar o impacto ambiental dos pátios de armazenamento dos bens, que, se não estiverem devidamente preparados, podem se tornar pontos de vazamento de substâncias nocivas ao meio ambiente.

Adicionalmente, a publicização do processo de leilão e a apresentação de relatórios detalhados após cada certame são medidas que reforçam a transparência da gestão e contribuem para a conscientização da sociedade quanto à importância do descarte legal e ambientalmente responsável de bens inservíveis. Essas medidas, somadas, permitem a concretização de uma política pública de alienação de bens baseada não apenas na economicidade, mas também na preservação dos recursos naturais e no respeito aos princípios da administração pública sustentável.

16. Conclusão

Em atenção ao inciso XIII, § 1, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento signatária posiciona-se conclusivamente pela **adequação** da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.



Portalegre/RN, 22 de abril de 2025.

ANA MARIA HOLANDA DIÓGENES SOARES

Integrante requisitante
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos
Matrícula: 581-1

TONY MÁRCIO DE FERNANDES MAGALHÃES

Integrante Técnico
Gerente de Transportes
Matrícula: 250-1

JOSÉ ALAN DA SILVA FERNANDES

Integrante Administrativo
Matrícula: 587-1